

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf TIAGO CAVALCANTI VIEIRA GONÇALVES

**As possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em
Operações de Ajuda Humanitária em um cenário de pós-
pandemia da COVID – 19.**



Rio de Janeiro
2022

Maj Inf TIAGO **CAVALCANTI** VIEIRA GONÇALVES

As possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária em um cenário de pós-pandemia da COVID - 19.

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação lato sensu em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Paulo Cesar Dos Santos Faria

Rio de Janeiro
2022

G635p Gonçalves, Tiago Cavalcanti Vieira

As possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária em um cenário de pós-pandemia da COVID-19./ Tiago Cavalcanti Vieira Gonçalves.—2022.

54 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Paulo Cesar Dos Santos Faria
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 51-54

1. Ajuda Humanitária. 2. Emprego do Exército Brasileiro. 3. Capacidades e Pandemia. I. Título.

Maj Inf TIAGO CAVALCANTI VIEIRA GONÇALVES

As possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária em um cenário de pós-pandemia da COVID - 19.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em de de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Paulo Cesar dos Santos Faria – Ten Cel – Presidente
Escola de Comando e Estado do Exército

Alexsandro Arruda da Rocha – Ten Cel – Membro
Escola de Comando e Estado do Exército

Marlos de Mendonça Corrêa – Ten Cel – Membro
Escola de Comando e Estado do Exército

À Deus por ter me dado sabedoria para executar este trabalho e a minha amada esposa Caroline e meu filho Felipe, pelo apoio e compreensão durante a execução desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor dos Exércitos, que me permitiu ter saúde para poder realizar este trabalho.

Ao meu orientador, Ten Cel Faria, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade e comprometimento durante a condução deste trabalho.

À minha família, base da minha vida, pelo entendimento de abnegar momentos de lazer e convívio.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade enfatizar as possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária em um cenário pós-pandemia da COVID-19. O estudo aborda essas operações com base na Doutrina Militar Terrestre (DMT), sendo concebida para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres naturais ou causados pelo próprio homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano, bem como para prestar assistência cívico-social. Ao longo da pesquisa é destacado o amparo legal do emprego da instituição para este tipo de missão, relacionando esta legislação com a atual doutrina existente sobre essas ações da Força Terrestre. A partir desta fundamentação, ressalta-se o cenário prospectivo de incertezas para os próximos anos, fruto da versatilidade do mundo globalizado, o que corrobora com a relevância deste estudo. O problema proposto para análise se refere às possibilidades de emprego das tropas do Exército Brasileiro em missões desta natureza. Desta forma, o trabalho apresenta as capacidades existentes que favorecem um emprego eficiente da instituição em prol da população, a forma de preparo da Força Terrestre para manter um estado de prontidão permanente e, por fim, é abordado o emprego do Exército Brasileiro por meio de operações realizadas. Com isso, busca-se inferir sobre as possibilidades de emprego e os desafios que a instituição deverá enfrentar.

Palavras-chave: ajuda humanitária, emprego do Exército Brasileiro, capacidades e pandemia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo enfatizar las posibilidades de empleo del Ejército Brasileño en Operaciones de Ayuda Humanitaria en un escenario después de la pandemia de COVID-19. El estudio aborda estas operaciones con base en la Doctrina Militar Terrestre (DMT), siendo diseñadas para aliviar el sufrimiento humano, resultante de desastres naturales o provocados por el hombre, que representan una amenaza grave para la vida o resultan en daños extensos, así como para brindar asistencia social. A lo largo de la investigación se destaca el sustento legal del empleo de la institución para este tipo de misiones, relacionando esta legislación con la doctrina actual existente sobre estas actuaciones de la Fuerza Terrestre. Con base en este razonamiento, se destaca el escenario prospectivo de incertidumbres para los próximos años, producto de la versatilidad del mundo globalizado, lo que corrobora la pertinencia de este estudio. El problema propuesto para el análisis se refiere a las posibilidades de emplear tropas del Ejército Brasileño en misiones de esta naturaleza. De esta forma, el trabajo presenta las capacidades existentes que favorecen un empleo eficiente de la institución a favor de la población, la forma de preparar la Fuerza Terrestre para mantener un estado de preparación permanente y, finalmente, el empleo del Ejército Brasileño mediante operaciones. Con ello se busca inferir sobre las posibilidades de empleo y los desafíos que tendrá que afrontar la institución.

Palabras clave: ayuda humanitaria, empleo del Ejército Brasileño, capacidades y pandemia.

LISTA DE ABREVIATURAS

CMT	Capacidade Militar Terrestre
CO	Capacidade Operativa
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DRI	Destacamento de Resposta Inicial
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
F Aj Hum	Força de Ajuda Humanitária
F Ter	Força Terrestre
NCD/2014	Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME
OCCA	Operações de Cooperação e Coordenação com Agências
OM	Organização Militar
Op Aj Hum	Operação de Ajuda Humanitária
PEEx	Plano Estratégico do Exército

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1	Emprego das FA
Tabela 2	Exemplos de tarefas desenvolvidas durante Op COVID
Tabela 3	Capacidades operacionais das FA
Tabela 4	Fases de uma Op Aj Hum
Tabela 5	Classificação quanto à intensidade dos desastres
Figura 1	Evolução das pandemias ocorridas no mundo
Figura 2	Organograma de F Aj Hum estruturada com Base em um Comando de Unidade Local.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	12
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	12
2	METODOLOGIA	14
2.1	TIPOS DE PESQUISA.....	14
2.2	COLETA DE DADOS.....	15
2.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	15
3	A DOCTRINA MILITAR DE OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA	16
4	CENÁRIO PÓS-PANDEMIA	21
5	AS CAPACIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	26
6	A PREPARAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA	35
7	O EMPREGO EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA	39
8	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido tem por finalidade estudar as possibilidades de emprego do Exército Brasileiro (EB) em Operações de Ajuda Humanitária (Op Aj Hum) para a visualização antecipada de demandas que poderão ser executadas pela Força Terrestre (F Ter).

Atualmente, o mundo vive um cenário pós-pandêmico da COVID-19. Essa pandemia teve sua origem no final de 2019 na República Popular da China. Em 2020, esta epidemia rapidamente se espalhou para outras regiões e alcançou níveis globais, tornando-se uma pandemia.

A situação supramencionada foi ocasionada pelo alto fluxo de pessoas e mercadorias existentes no mundo globalizado deste século, o que colaborou para a propagação desta doença. Assim, desenvolveu-se um acontecimento com alto impacto no mundo, no qual a necessidade de isolamento social ocasionou a paralisação parcial das atividades econômicas, potencializando o desemprego, a fome, a miséria, entre outros problemas sociais.

Neste contexto, desde o início da pandemia os problemas sociais, já existentes anteriormente, foram significativamente aumentados em diversos países, como por exemplo no Brasil. A pandemia intensificou a necessidade de missões de ação humanitária para conter algumas necessidades básicas das pessoas mais carentes de recursos.

De acordo com a Doutrina Militar Terrestre (DMT), uma Op Aj Hum é concebida para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres naturais ou causados pelo próprio homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano, bem como para prestar assistência cívico-social. Este tipo de operação destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta do governo e de organizações não governamentais (BRASIL, 2019).

O EB possui como uma de suas missões a cooperação para o bem-estar social dos brasileiros. Durante esta pandemia, pode-se elencar diversas atividades realizadas pela Força em benefício da população. A instituição participou do transporte e distribuição de toneladas de alimentos, materiais e insumos hospitalares, executou a desinfecção de diversos locais públicos, prestou assistência médica em comunidades isoladas e carentes e promoveu a doação de sangue por todo o país, além de atuar na campanha de vacinação nacional.

Entretanto, o cenário prospectivo de incertezas pós-pandemia ainda é bastante complexo devido às graves consequências que ocorrerão no âmbito social, pois a economia mundial foi afetada e poderá demorar para superar esta crise sanitária. Com isso, o EB deve estar em permanente estado de prontidão para continuar servindo ao povo brasileiro.

Os reflexos da pandemia serão inevitáveis, principalmente para as nações subdesenvolvidas, devendo os países com maiores recursos avaliarem a possibilidade de realização de ações solidárias internacionais. O Brasil, por meio de suas Forças Armadas (FA), possui ampla experiência em missões desta natureza, apesar de ser um país em desenvolvimento. Portanto, o EB deve estar preparado também para atuar no exterior para contribuir para superação desta crise social mundial.

Desta forma, o presente trabalho tem por finalidade apresentar as possibilidades de emprego da F Ter em Op Aj Hum em um cenário de pós-pandemia da COVID-19.

1.1 O PROBLEMA

Atualmente, o mundo está vivenciando uma conjuntura de incertezas no cenário do pós-pandemia da COVID - 19, devido ao ineditismo deste acontecimento. Sendo necessário que a F Ter esteja preparada para ser empregada em Op Aj Hum.

Neste sentido, chegou-se ao seguinte problema: quais são as possibilidades de emprego das tropas do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária?

1.2 OBJETIVO

Esta seção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho. O primeiro é o resultado a alcançar ao término da pesquisa. Os demais correspondem às metas a serem atingidas para se chegar ao objetivo geral. Diante de tal fato foram traçados os seguintes objetivos, geral e específicos:

1.2.1 Objetivo geral

Estudar algumas das principais capacidades do Exército Brasileiro para o cumprimento de missões de Aj Hum, especificando no trabalho as possibilidades de

emprego da F Ter no cenário futuro de pós-pandemia da COVID – 19.

1.2.2 Objetivos específicos

Com a intenção de alcançar o resultado esperado para este estudo, foram levantados os objetivos específicos que irão direcionar para a apresentação do objetivo geral, os quais são transcritos abaixo:

- Apresentar a atual concepção doutrinária do EB de Op Aj Hum, no contexto da DMT;
- Descrever o cenário prospectivo de pós-pandemia da COVID – 19;
- Apresentar algumas capacidades da F Ter para o cumprimento de missões de Aj Hum;
- Apresentar a preparação realizada para Op Aj Hum e
- Apresentar as possibilidades de emprego do EB em Op Aj Hum.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo R. Alyrio, (ALYRIO, 2009) ao delimitarmos o tema, temos como objetivo esclarecer durante a pesquisa as seguintes questões: quem, onde e quando?

Assim sendo, destaca-se que esse estudo se delimitará as atuais capacidades do EB para atuar no território nacional em Op Aj Hum durante o quadriênio 2022-2025 (tempo similar ao utilizado para a confecção do Planejamento Estratégico do Exército – PEEEx).

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta pesquisa poderá auxiliar para a atualização do planejamento da instituição neste tipo de missão, o que colaborará para o correto preparo e emprego da F Ter no âmbito nacional.

Assim sendo, cresce de importância, ao passo que poderá colaborar para a eficaz organização da F Ter com relação as suas possibilidades e limitações visando atuar em Op Aj Hum em prol da sociedade brasileira.

O projeto em estudo encontra-se no Plano Estratégico do Exército 2020-2023, dentro da ação estratégica de “Aperfeiçoar a capacidade da Força Terrestre para atuar

em apoio à Defesa Civil em caso de desastres naturais e antrópicos”, e na atividade imposta de “Implantar o Subprojeto de Cooperação com a Defesa Civil nos Comandos Militares de Área (2020-2023)”.

Logo, a relevância do trabalho para o Processo de Transformação do Exército que é demonstrada no Plano supracitado, o insere na Capacidade Militar Terrestre (CMT) em “Apoio a Órgãos Governamentais”, com a Capacidade Operativa (CO) relacionada às “Atribuições Subsidiárias” (EB20-C-07.001, Catálogo de Capacidades do EB).

Por fim, outro fator importante que será registrado na presente pesquisa será o nível de preparo do EB para atuar em um cenário futuro imprevisível, dentro da legalidade, possibilitando manter e ampliar a confiabilidade da instituição perante a sociedade.

2 METODOLOGIA

Nesta seção será apresentada a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos: tipo de pesquisa, coleta de dados e limitações do método.

Com o objetivo de apresentar embasamento para uma possível solução do problema, o delineamento deste trabalho se deu por fichamento, seguindo uma pesquisa exploratória documental e bibliográfica para levantar informações e dados relevantes, visando constatar a importância do emprego do EB em ações humanitárias no país.

Quanto ao objetivo geral, a seleção das fontes na modalidade de pesquisa exploratória foi baseada em publicações de domínio público com as seguintes prioridades: livros; artigos de revistas; legislações e endereços eletrônicos na internet.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa descritiva, pois as referências são manuais, legislações, Notas de Coordenação Doutrinária e artigos.

2.1 TIPOS DE PESQUISA

O presente trabalho abordará uma pesquisa qualitativa e descritiva. A pesquisa qualitativa, segundo Robert K Yin, é aquela que permite estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos, em termos simples e cotidianos. Ainda, a pesquisa qualitativa oferece maior liberdade na seleção de temas de interesse (YIN, 2016).

A pesquisa qualitativa contribui com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento atual, esforçando-se por usar múltiplas fontes de evidências em vez de se basear em uma única fonte.

A pesquisa descritiva se trata daquela que busca essencialmente a enumeração e a ordenação de dados, sem a intenção de comprovar ou refutar hipóteses exploratórias, abrindo espaço para uma nova pesquisa explicativa, fundamentada na experimentação. Nessa pesquisa, deve-se utilizar uma linguagem científica que possua clareza e precisão, de modo que o leitor possa acompanhar os passos do estudo e o raciocínio do autor do trabalho (ALYRIO, 2009).

2.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por revisão bibliográfica e coleta documental, feita na literatura existente de fontes abertas ao público em geral, como: documentos que abordam as Op Aj Hum, relatórios de operações desta natureza já realizadas, entre outros.

A coleta de dados também está embasada nos manuais militares, cadernos de instruções e sistemas operacionais. A pesquisa em artigos científicos como dissertações e teses também ocorreu para a coleta de dados.

As conclusões decorrentes da revisão bibliográfica e pesquisa documental permitiram demonstrar o panorama das possibilidades de emprego do EB em Op Aj Hum no cenário pós-pandemia da COVID - 19.

2.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Destaca-se a ausência de uma doutrina consolidada no âmbito do EB para balizar o presente trabalho de pesquisa.

Ressalta-se, também, que o método de pesquisa qualitativo e descritivo possui certas limitações, tendo em vista se basear em uma pesquisa bibliográfica, o que naturalmente impõe obstáculos naturais na obtenção de conhecimento mais profundo do assunto.

Por fim, a coleta documental também sofre restrições, tendo em vista a dificuldade de acesso aos relatórios e planejamentos que registram essas operações, devido ao caráter restritivo.

3 A DOCTRINA MILITAR DE OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

Este estudo tem por finalidade analisar as concepções existentes sobre as Op Aj Hum no EB, bem como o enquadramento legal para a realização deste tipo de emprego da F Ter.

Primeiramente, registra-se o que o Manual MD 35-G-01 (2015), define como Op Aj Hum: “Operação realizada para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social”.

Conforme previsto na Lei Complementar 97, de 09 de junho de 1999, no Art. 16, tem-se que:

Art. 1o [...] Parágrafo único. Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das **atribuições subsidiárias** (grifo nosso) explicitadas nesta Lei Complementar.

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil (grifo nosso), na forma determinada pelo Presidente da República. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social. (Incluído pela Lei Complementar no 117, de 2004).

Neste escopo, o Manual MD 35-G-01 (2015b), define que ação subsidiária é uma ação ou atividade, executada pelas FA, visando à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil e à contribuição com as ações governamentais, levada a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no país, fora do âmbito militar, e pela própria natureza estratégica.

As Op Aj Hum estão inseridas nesse contexto de atribuições subsidiárias do EB, com foco na cooperação junto à Defesa Civil. Tal operação tem como premissas básicas a demanda de uma determinada população afetada e a viabilidade de apoio da instituição para atenuar esse sofrimento.

Para exemplificar esta análise, segue abaixo um extrato de uma mensagem publicada na revista Verde Oliva Nr 230, de dezembro de 2015:

Por iniciativa de seus comandantes ou cumprindo diretrizes ministeriais, as Unidades do Exército Brasileiro, integradas às comunidades locais, participam de programas e atividades voltadas aos setores mais carentes da sociedade e apoiam campanhas direcionadas à melhoria das condições de vida da população em geral. As chamadas “Atribuições Subsidiárias”, no que se refere ao Exército, exigem, de forma mais intensa, grande capacidade de resposta, conferindo-lhe elevados índices de aprovação pela parcela civil da sociedade.

Com base nesta mensagem, percebe-se que as missões desenvolvidas com ênfase em ajuda humanitária visam ao bem-estar da sociedade brasileira com o emprego eficaz e oportuno da instituição.

Ainda, no Manual MD 35-G-01 (2015c), consta que “Defesa Civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro assistencial e recuperativo, destinado a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social”.

Já o Livro Branco de Defesa Nacional, diz que o EB deve cumprir as atribuições subsidiárias gerais previstas na legislação complementar, as quais são: cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, bem como apoiar a política externa do País e participar de operações internacionais de paz e de ajuda humanitária (BRASIL, 2012).

Esclarece, também, que o Exército é órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e deverá participar, em todo o território nacional, de ações de socorro e assistência às vítimas de desastres naturais, seja nas fases de pronta resposta, ou na de recuperação e reconstrução (BRASIL, 2012).

Deste modo, o EB é empregado em apoio a desastres naturais que afetam à população civil para assistir as vítimas de enchentes, tornados e outros sinistros, atendendo as normas supracitadas.

Isto posto, pode-se afirmar que existe um amparo legal para serem realizadas Op Aj Hum, tendo em vista ser uma de suas atribuições subsidiárias, a cooperação com outros órgãos governamentais do país.

Entretanto, para que as FA possam ser empregadas, é necessária a autorização e decretação por parte do Presidente da República, após o reconhecimento federal da emergência ou estado de calamidade pública pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012).

Destarte, com base nesta análise, afirma-se que as Op Aj Hum estão relacionadas às atribuições subsidiárias definidas como missão das Forças Armadas, pois são operações que visam atenuar as necessidades básicas da população, ocasionadas por crises humanitárias. Destinando-se a cooperar, com potencial militar, as ações de pronta resposta.

Após esta identificação do enquadramento legal da execução de uma Op Aj Hum no país, necessita-se abordar o contexto doutrinário no âmbito do EB.

No Brasil, segundo a Doutrina Militar de Defesa (2007), o emprego das FA ocorre nas seguintes situações:

Tabela 1: Emprego das FA.

Situações	Guerra	Não guerra
Definição	São aquelas que empregam o Poder Militar, explorando a plenitude de suas características de violência.	São aquelas que, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, onde este poder é usado de forma limitada.
Tipos	Defesa da Pátria	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia dos poderes constitucionais; • Garantia da lei e da ordem; • Atribuições subsidiárias; • Prevenção e combate ao terrorismo; • Ações sob a égide de organismos internacionais, • Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e • Outros empregos de não guerra.

Fonte: Doutrina Militar de Defesa, MD51-M-04 (2007)

O Estado Maior do Exército emitiu a Portaria Nr 802, de 8 de novembro de 2006, na qual aprovou a Diretriz Estratégica de Apoio à Defesa Civil, definindo que cabe à instituição: “cooperar com as ações de resposta aos desastres e reconstrução e em ações de busca e salvamento e apoiar as ações de Defesa Civil com pessoal, material e meios de transporte”.

Dessa forma, visando conceber uma doutrina própria sobre o emprego de tropas em Op Aj Hum, emitiu uma Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME (NCD/2014), em 10 de abril de 2014.

Conforme a lista de conceitos constante nessa NCD/2014, existem ao menos quatro operações humanitárias, são elas: a Ajuda Humanitária, a Ação Humanitária, a Assistência Humanitária e a Ação Cívico-Social (ACISO).

A diferença entre a Ajuda e a Ação Humanitária é referente às forças empregadas, pois na segunda, na Ação Humanitária, há a participação de forças navais, terrestres e aéreas. Desta forma, as Op Aj Hum complementam, “com meios militares, o esforço de reposta a desastre do governo e de organizações não governamentais” (BRASIL, 2014).

Já com relação à Assistência Humanitária, a Ajuda Humanitária diferencia-se da primeira por não constituir uma ação militar secundária durante outra operação militar (BRASIL, 2014).

Por fim, o ACISO diferencia-se das demais pelo seu caráter episódico ou programado de auxílio às comunidades em quadro de normalidade e pela promoção do espírito cívico e comunitário dos cidadãos, com intuito de resolver problemas imediatos e prementes (BRASIL, 2014).

Uma vez expostos os principais conceitos de operações humanitárias possíveis, esta pesquisa passará a se concentrar apenas na Op Aj Hum.

Ressalta-se, também, que existem documentos homologados que colaboram para a execução dessas operações, como por exemplo, o manual de Operações Interagências (MD33-M-12, 2017), que estabelece os fundamentos de orientação envolvendo a participação de órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas privadas, ou agências de outros Poderes, na execução das operações.

Atualmente, as Operações Interagências são denominadas de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), sendo um tipo de Operação Básica em situação de não guerra, conforme define o manual de campanha de Operações (EB70-MC-10.223):

OPERAÇÃO DE NÃO-GUERRA - Operação em que as Forças Armadas, embora fazendo uso do Poder Militar, são empregadas em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, em que esse poder é usado de forma limitada. Podem ocorrer, inclusive, casos nos quais os militares não exerçam necessariamente o papel principal.

Algumas das características dessas operações são: coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais, combinação de esforços humanitários e caráter episódico (BRASIL, 2017).

Segundo a NCD/2014, a função das FA no Plano e Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil é apenas de cooperação e colaboração. A coordenação será sempre responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil. As unidades militares poderão cooperar diretamente com as Comissões Estaduais e Municipais de Defesa Civil nas atividades de planejamento, prevenção e preparação dos estados e municípios, mediante prévia autorização (BRASIL, 2014).

As novas concepções de emprego do EB, sobretudo, no que se refere à atuação nas OCCA impactam a concepção doutrinária da instituição. Neste sentido, destaca-se o emprego militar em ações subsidiárias, em resposta à ocorrência de emergências ou de calamidade pública, com intuito de contribuir para a preservação da vida humana e do bem-estar da população atingida. Nessas situações, o emprego militar se dá no contexto das operações de ajuda humanitária (BRASIL, 2014).

Entretanto, embora a existência de normatização acima citada, o processo doutrinário de emprego do EB está em fase de consolidação acerca de operações dessa natureza, o que pode ser contextualizado na inexistência de um documento homologado sobre o assunto.

Infere-se, parcialmente, no contexto de uma análise doutrinária, que a atual capacidade de emprego em Op Aj Hum de resposta a emergências e catástrofes está em evolução. Assim, para que a instituição esteja preparada para atuar, é necessário que se desenvolva uma doutrina específica, aproveitando experiências vividas em operações já ocorridas, visando à produção de um manual que trate do emprego nessas operações.

4 CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a pesquisa relativa aos efeitos que a pandemia da COVID – 19 poderá causar para a intensificação da demanda de realização de Op Aj Hum no país, bem como, analisar o nível de complexidade dessas operações.

De acordo com Délton Winter de Carvalho (2020), o cenário pandêmico da COVID 19 se desenvolveu da seguinte forma:

A Pandemia da Covid-19 - O surgimento de um novo vírus, primeiro identificado, em Wuhan na China, em dezembro de 2019, é o responsável pela disseminação da doença denominada Covid-19, que pode causar diversos sintomas, sendo o mais grave o desenvolvimento de doença respiratória grave. Após ocasionar as primeiras mortes e se espalhar rapidamente em nível global, a Covid-19 foi, primeiro, declarada como Emergência de Preocupação Internacional, em 30/01/20, para, em 11/03/20, ser declarada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde.

A partir deste contexto pandêmico ocorrido, surge também a necessidade de ser estudado as consequências que este evento apresentará no futuro. Esta pesquisa busca relacionar os desafios pós-pandemia com a possibilidade de emprego do EB em Op Aj Hum, tendo em vista os efeitos colaterais para a população.

O General Richard, cita em seu artigo “O Mundo em Acrônimos e a Comunicação Estratégica do Exército”, dois conceitos atuais que descrevem a atual conjuntura do mundo, conforme segue:

O chamado Mundo VUCA, ao qual o U.S. Army War College utilizou para explicar o mundo no contexto pós Guerra Fria (volátil, “uncertain”/incerto, complexo e ambíguo) popularizou-se na virada do milênio, sintetizando a imprecisão de cenários gradativamente aprofundada no pós-guerra. Esse conceito tem sido empregado em trabalhos acadêmicos, no meio corporativo e pelos mais variados órgãos e agências, incluindo-se as forças militares. Lidar com as ideias de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade para se estruturar a comunicação estratégica do Exército é como realizar o ESAON em terreno movediço. O importante agora pode tornar-se rapidamente irrelevante, o que é neste momento pode não ser daqui a pouco, as conexões são múltiplas, o inimigo do nosso inimigo não é necessariamente nosso amigo, aliás, quem é amigo de quem?

Mas o que parecia complicado ficou ainda mais instigante. Em 2018, o norte-americano Jamais Cascio, a partir da premissa de que o Mundo VUCA não favorecia mais o entendimento acerca da conjuntura atual, cunhou o acrônimo BANI (“brittle”/frágil, ansioso, não linear e incompreensível), que também logrou se popularizar, impulsionado pela perplexidade causada pela pandemia da COVID-19. Em sua visão, o Mundo VUCA admite a ideia de planejamento, desde que considerada a interligação de múltiplos sistemas; quando isso não funciona, surge o Mundo BANI, para expressar o caos resultante e nos fazer refletir sobre a necessidade de esboçar cenários capazes de nos proporcionar caminhos plausíveis a seguir.

Segundo Guilherme Otávio Godinho de Carvalho, Mestre em Ciências Militares pela ECEME e Mestre em Relações Internacionais pela UnB, define que:

Prognósticos de longo prazo, quando elaborados no calor dos acontecimentos, não costumam ser muito precisos. Ainda que a chamada “névoa da guerra” dificulte a interpretação perfeita dos fatos, destacadamente pelo imenso volume de informações disponíveis (e pela inevitável manipulação destas), faz-se necessário buscar, de forma ordenada e seletiva, a construção de futuros possíveis. Identificar e avaliar óbices e oportunidades – material bruto para a formulação das estratégias centrais para o inexorável enfrentamento do que ainda está por vir – é o dever de casa a ser feito. O verbo a ser conjugado, desde sempre, é planejar.

Diante dos conceitos supramencionados, pode-se ratificar a relevância de ser analisado as prováveis consequências causadas pela pandemia da COVID – 19. Ou seja, espera-se o aumento do número de pessoas com dificuldades para o atendimento às demandas básicas de sobrevivência. Na ocorrência deste cenário, é possível prever, no pós-pandemia, emergências de crises humanitárias.

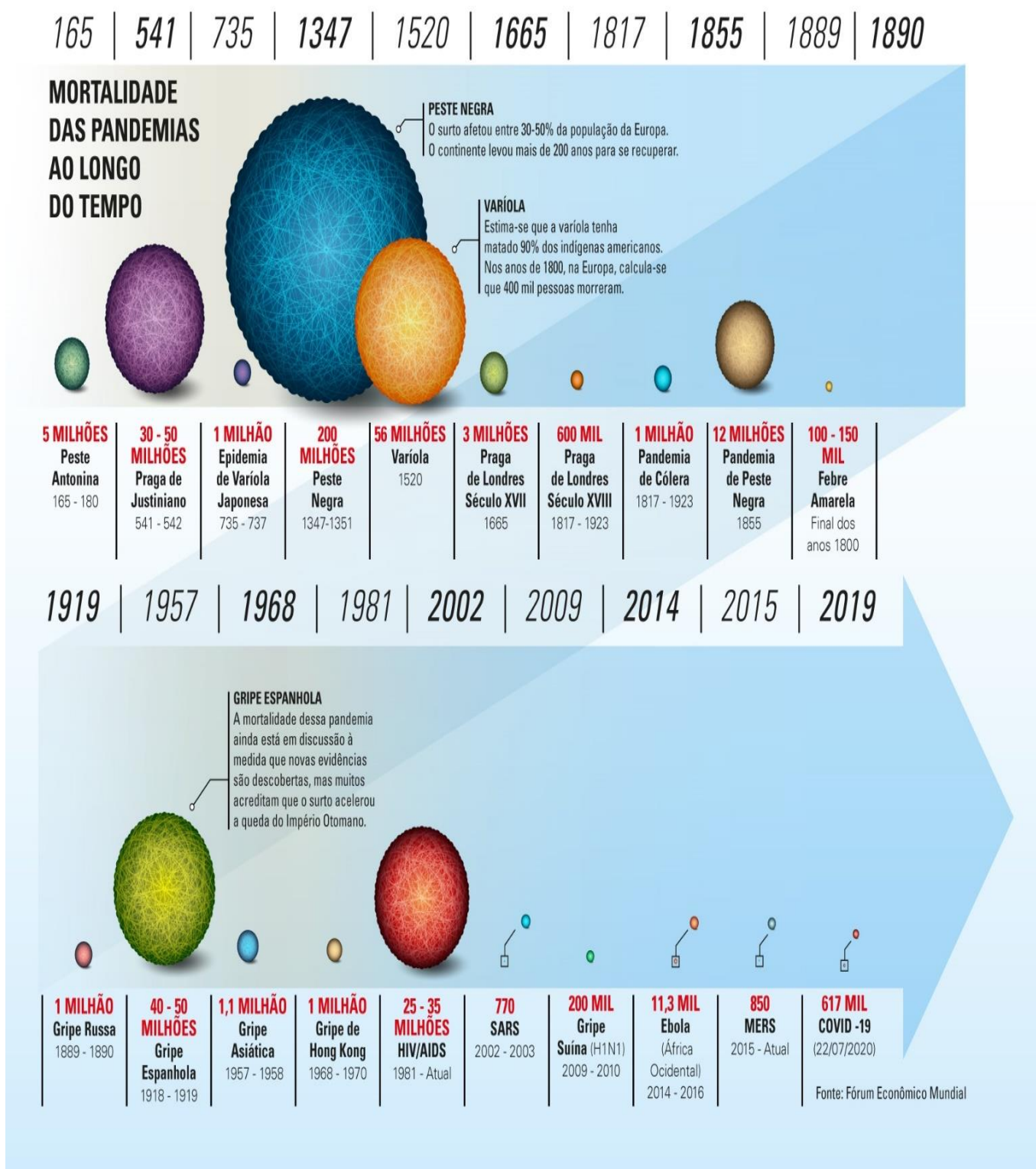
Segundo o Manual MD 35-G-01 (2015d), o conceito de cenário prospectivo é definido como um conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitam passar da situação de origem à situação futura.

A DMT evidencia que os riscos e as ameaças que a F Ter poderá enfrentar atualmente são de natureza difusa e de difícil previsão. Sendo habitual que o cenário de atuação tenha um caráter conjunto, multinacional e com a presença de organizações civis de variadas matizes, ainda que as ações ocorram em meio à população e com a presença da mídia (BRASIL, 2019b).

Ainda, de acordo com a DMT, destaca-se que a presença constante da mídia e a valorização de questões humanitárias têm sido aspectos a serem considerados no ambiente operacional de emprego da F Ter, o que exemplifica operações tipo OCCA (BRASIL, 2019b).

Na figura abaixo, no sentido de apresentar uma tendência, pode-se observar a evolução de ocorrência das principais pandemias que assolaram o mundo desde o Século II:

Figura 1: evolução das pandemias ocorridas no mundo.



Fonte: Fórum Econômico Mundial

Nota-se que, ao longo da história, o quadro apresenta a ocorrência de 19 (dezenove) pandemias, sendo que, em 1835 (mil, oitocentos e trinta e cinco) anos

foram registradas 14 (quatorze) pandemias e, em 19 (dezenove) anos deste atual século, já ocorreram 5 (cinco), o que demonstra uma tendência de crescimento por meio do desequilíbrio proporcional das últimas duas décadas.

Outro conceito importante para o presente estudo se refere à desastre. Conforme a NCD/2014, desastre é: “Resultado de eventos adversos, naturais ou provocado pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais, ambientais e, conseqüentemente, prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2014).

Segundo Natarajarathinam (2009), desastres são eventos súbitos e inesperados ou lentos, caracterizados por atingir uma determinada região causando danos econômicos, sociais e ambientais e podendo resultar em mortos e feridos. Na última década, o Brasil tem sofrido, em média, seis desastres por ano (ONU, 2011) e, em 2008, foi o décimo terceiro país mais afetado por desastres naturais, tendo aproximadamente dois milhões de vítimas afetadas principalmente por enchentes e deslizamentos (LIMA et al, 2011).

Tem-se, também, que desastres são definidos como eventos inesperados, súbitos ou lentos, que atingem uma determinada região causando danos econômicos, sociais e ambientais, com potencial resultado em mortos e feridos (ROSA, BANDEIRA, LEIRAS, 2014).

De acordo com Délton Winter de Carvalho (2020), a definição de desastre se enquadra da seguinte forma:

A evolução tecnológica e científica da Sociedade Contemporânea ocorrida, principalmente, após a industrialização, desencadeou a ampliação da capacidade de intervenção do homem sobre a natureza, havendo, em quase todos os desastres denominados *naturais*, algum fator antropogênico, o que frequentemente torna as fronteiras entre estes conceitos turvas. Apesar de tais dificuldades conceituais, para fins didáticos, os desastres são constantemente descritos e classificados segundo suas causas, como “naturais”, mistos ou antropogênicos. Os desastres *naturais* são aqueles decorrentes imediatamente de fenômenos naturais, atribuíveis ao exterior do sistema social, sendo frequentemente classificados em categorias de desastres geofísicos, meteorológicos, hidrológicos, climatológicos e biológicos. Entre os exemplos de desastres biológicos, encontram-se as epidemias e as infestações de insetos.

Note-se, portanto, que as pandemias são frequentemente passíveis de se configurarem em *desastres biológicos*, geralmente sob a classificação de *naturais*, em dicotomia aos desastres antropogênicos, com as devidas ressalvas já observadas aqui neste texto sobre o critério da “causalidade natural”. Em suas especificidades, este consiste em um verdadeiro *desastre ao sistema de saúde pública mundial*.

Após a ocorrência de um desastre existe a necessidade imediata de um conjunto de ações visando salvar vidas, aliviar o sofrimento, limitar os danos e/ou restaurar os serviços essenciais, de forma a possibilitar a retomada da condição de normalidade (BRASIL, 2014).

Tratando-se de eventos complexos de difícil resolução, verifica-se a necessidade de atuação conjunta de instituições que possuam as capacidades adequadas para atender com eficiência a população. O cenário pós-pandemia está inserido neste ambiente incerto, no qual outras crises humanitárias poderão ocorrer devido à disseminação de novas doenças.

Assim, é possível um aumento do emprego militar em resposta aos desastres naturais. A possibilidade de maior incidência do emprego das FA no apoio a órgãos governamentais, bem como a importância que a missão humanitária carrega em si mesmo, sinalizam que as Op Aj Hum podem ser mais constantes, levando os militares a terem um papel ainda maior na resposta aos desastres naturais.

O cenário visualizado para os próximos anos revela peculiaridades no que concerne ao emprego do EB no território nacional, merecendo destaque, dentre outros aspectos, as crescentes ações de apoio à Defesa Civil, nos desastres naturais ocorridos nas diversas Unidades da Federação (FORÇA, 2016, p. 11).

Conforme publicado na Revista Verde Oliva – Nr 230 – DEZ 2015 – “As guerras, os conflitos internos, os desastres naturais e artificiais ou quaisquer outros eventos que venham a cortar o fluxo logístico e médico essencial para a sobrevivência humana são estopins para crises humanitárias.”

Dessa forma, essas concepções doutrinárias corroboram com a necessidade do EB estar preparado adequadamente para interagir com um ambiente difuso, o qual exigirá flexibilidade.

A atuação dos diversos órgãos no espaço humanitário, entendido como: “ambiente no qual são desenvolvidos o planejamento e a execução de ações que visam a, primordialmente, reduzir o sofrimento humano e a perda de vidas humanas ante situações adversas (provocadas ou não pelo homem)” (BRASIL, 2014, p. 4).

Conclui-se, parcialmente, no que se refere ao cenário pós-pandemia de enfrentamento de desafios humanitários, que é possível identificar a relevância do papel do EB, inevitável protagonista nos momentos de grave crise. Portanto, a instituição deve manter-se atualizada e acompanhando este cenário, pois o povo brasileiro deposita alta credibilidade e confiança no desse papel social.

5 AS CAPACIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

As Op Aj Hum têm a finalidade de atender as necessidades advindas de desastres ou emergências de grande vulto. Os responsáveis por estas operações devem possuir as capacidades operacionais necessárias para apoiar às necessidades da população.

A presente pesquisa relacionada ao tema visa analisar se as capacidades do EB favorecem para a conquista de um permanente estado de prontidão para o emprego em Op Aj Hum, restrito às situações de desastres naturais.

Isto posto, este capítulo tem por finalidade apresentar, com base em documentação consolidada e homologada no âmbito da instituição, as atuais capacidades da F Ter para o cumprimento de missões relacionadas às Op Aj Hum. Da mesma forma, abordar as limitações existentes visando a obtenção de geração dessas capacidades.

A DMT é baseada na combinação das armas, quadros e serviços por meio de uma abordagem por funcionalidades, chamadas de funções de combate. Existem seis funções: Movimento e Manobra; Comando e Controle; Fogos; Proteção; Logística; e Inteligência (BRASIL, 2019).

O manual de DMT, (BRASIL, 2019b), apresenta as definições de Capacidade Militar Terrestre e Capacidade Operativa, com os seguintes conceitos:

“A capacidade militar terrestre (CMT) é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida. As capacidades operativas (CO) são as aptidões requeridas a uma força ou Organização Militar, para que se obtenha um efeito estratégico, operacional ou tático. São as capacidades que a F Ter deve possuir, sendo obtidas a partir do DOAMEPI.”

Com isso, o estudo da avaliação das capacidades existentes com a análise das futuras demandas poderá gerar um resultado eficiente de otimização das possibilidades e, também, da urgência de obtenção de determinada capacidade para mitigar possíveis limitações levantadas.

De acordo com Grigoli, Silva e Migon (2020), no artigo publicado na *Military Review*, “O Exército Brasileiro e a resposta à Pandemia da COVID-19”, colocam que:

O Planejamento Baseado em Capacidade (PBC) demanda flexibilidade, modularidade e a escolha correta das capacidades apropriadas dentro do portfólio de defesa existente. Como resultado, os meios de defesa passam a

ser organizados em torno de capacidades, baseadas na permanente análise da conjuntura e cenários prospectivos, com o propósito de identificar as ameaças concretas e potenciais existentes. Atualmente no Brasil, em um nível nacional, as principais Capacidades Nacionais de Defesa (CND) são: proteção, dissuasão, pronta-resposta, coordenação e controle, gestão da informação, mobilidade estratégica, e mobilização.

Conforme publicado na Revista Verde Oliva, Nr 230, de dezembro de 2015, observa-se algumas capacidades do Exército Brasileiro:

O componente militar de uma nação, por característica inata, tem a possibilidade de empregar seus meios de transporte, como aviação, viaturas e embarcações, com grande flexibilidade e capilaridade, em qualquer tipo de ambiente. Revela-se, dessa forma, uma excelente ferramenta do Estado em apoio à sua própria população em casos emergenciais.

Nas Operações de Manutenção da Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), quando as agências humanitárias, nacionais e internacionais, não conseguem suprir a demanda de apoio humanitário, o componente militar da missão, como último recurso, é empregado em benefício da população. Seja por limitação logística ou por instabilidade na segurança local, essas ações englobam a distribuição de itens básicos para sobrevivência, o atendimento médico odontológico e a disseminação de programas profiláticos.

O Soldado de Caxias, com sua destacada adaptabilidade, consegue alternar entre um perfil combativo, com alto nível de agressividade em um ambiente de conflito, e uma postura pacífica, carismática e humana, em apoio a uma população vulnerável. Essa flexibilidade, inata ao Soldado brasileiro, permite uma interação mais intensa com a população assistida, transcendendo a relação civil-militar, desconstruindo a imagem de uma máquina de guerra e construindo a percepção de um ser integralmente humano, solidário, que abandonou seu lar e sua família, abdicando do lazer e dos prazeres da juventude em prol da provisão de ajuda ao próximo.

Com base na citação acima, o Brasil tem ocupado cada vez mais destaque no cenário internacional de Op Aj Hum. Há quase 70 anos, desempenha um importante papel na história das Operações de Paz.

Dados revelam que, entre 1948 e 2019, o País participou de mais de 50 missões de paz da Organização das Nações Unidas. Ao todo, o governo brasileiro autorizou e financiou o desdobramento de pouco mais de 46 mil militares para trabalhar sob a bandeira azul da Organização das Nações Unidas - ONU. Dos quais grande parte são os integrantes do serviço de saúde do exército, empregados seja para o atendimento a tropa seja na atuação diante de crises, levando assistência a populações em situação de vulnerabilidade (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

A instituição possui um documento denominado Catálogo de Capacidades do Exército, o qual foi publicado em 2015, constando a definição de 09 (nove) Capacidades Militares Terrestres (CMT) e 37 (trinta e sete) Capacidades Operativas (CO), que

estão diretamente ligadas à manutenção de um permanente estado de prontidão para atender as missões da Força.

Seguindo a mesma linha de pensamento, com base em operações já executadas, segue abaixo algumas capacidades elencadas do Catálogo de Capacidades do Exército (EB20-C-07.001):

- Capacidades de Comando e Controle (C2) por meio da realização a avaliação de desastres; realizar a ligação com autoridades e outras agências; estabelecimento de Sistemas de C2; e realização de Operações de Informação;

- Capacidades de Logística por meio da realização do planejamento logístico; gerenciamento de contratos; gerenciamento de estoques; realização da triagem de doações; realização da purificação de água; realização de apoio de saúde (triagem e pronto atendimento); distribuição de alimentação, água e outros itens, como cobertores, kit de higiene e medicamentos; realização de transportes (terrestre, fluvial e aeromóvel); realização de reparo e construção; proporcionar apoio técnico de engenharia; realização de evacuação; realização de serviços mortuários devidamente controlados; montagem e operação de acampamentos para deslocados e refugiados;

- Capacidades de Inteligência por meio da execução de reconhecimentos (aéreo e terrestre); processamento de dados de inteligência; análise e avaliação da população, do terreno, de possíveis forças adversas e das condições meteorológicas;

- Capacidades de Proteção por meio da realização do isolamento de área; manuseio e controle de produtos perigosos; provendo a segurança da tropa; provendo a segurança de campos de internamento de civis (deslocados/ refugiados); provendo a segurança de instalações e locais de armazenagem e distribuição; provendo a segurança de comboios; realização de monitoramento e detecção química, biológica, radiológica e nuclear (QBRN); realização de descontaminação; execução de controle de danos QBRN; realização do controle e a guarda de presos; e

- Capacidades de Movimento e Manobra ao realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); operando e controlando zonas de pouso de helicópteros; e controlando o movimento de pessoas.

A logística humanitária tem sido caracterizada como processos e sistemas envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimentos para ajudar comunidades vulneráveis afetadas por desastres naturais ou emergências complexas. Ela busca a pronta resposta, visando a atender o maior número de pessoas, evitar a falta

e o desperdício, organizar diversas doações e, principalmente, atuar dentro de um orçamento limitado (CEBALLOS-PARRA, SARACHE, GÓMEZ, 2018).

Ainda, ressalta-se a capacidade dos recursos humanos da instituição, conforme pode ser exemplificado no trecho abaixo publicado na revista Verde Oliva, Nr 230, de dezembro de 2015:

Durante a missão militar brasileira no Haiti, como Força de Manutenção da Paz, no que se refere às ações de apoio direto à população, seja nos momentos que antecederam à pacificação de *Bel Air*, durante a consolidação da pacificação de *Cité Soleil* ou depois do terremoto de 2010, foram inúmeras as oportunidades em que apresentamos ao mundo o conceito “*Braço Forte, Mão Amiga*”, contribuindo para a credibilidade da missão e estabelecendo uma relação de apreço mútuo com a população haitiana. O sucesso dessas atividades, tanto no campo militar como no apoio humanitário, e ainda na colaboração para atingir os objetivos do mandato da missão da ONU, tornou nosso *modus operandi* em ACISO uma referência internacional, passando a ser alvo de diversos estudos e pesquisas, principalmente por estrangeiros.

A pronta resposta é essencial para o alívio de desastres, em especial quando as estruturas de saúde se encontram colapsadas e a região afetada não dispõe de infraestrutura hospitalar robusta para enfrentar uma situação de anormalidade na rede local de atenção à saúde (KREISS et al.; 2010).

Neste contexto, Grigoli, Silva e Migon (2020), enfatizaram as principais ações do EB em resposta à pandemia da COVID-19 que foram evidenciadas no âmbito do Comando Conjunto do Leste:

Tabela 2: exemplos de tarefas desenvolvidas durante Op COVID.

AMEAÇA	CMT	CO	EXEMPLOS DE TAREFAS DESENVOLVIDAS
ID 24 – Catástrofes Naturais e Pandemias	CMT 06: Interoperabilidade	CO 25: Interoperabilidade Conjunta	21 MAR 20: estabelecimento do Cmdo Cj Leste, integrado por pessoal e meios oriundos da Marinha, Exército e Força Aérea
	CMT 08: Superioridade de Informações	CO 32: Operações de Apoio à Informação	22 MAR 20: realização, pelo 38º Batalhão de Infantaria (BI), de trabalho de conscientização junto à população capixaba, a fim de evitar aglomerações de pessoas e estimular o isolamento social
	CMT 03: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 11: Atribuições Subsidiárias	24 MAR 20: reunião do comandante do Cmdo Cj Leste com o Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para coordenar o apoio no controle da pandemia no Estado
	CMT 03: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 11: Atribuições Subsidiárias	25 MAR 20: apoio do Cmdo Cj L à Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe Influenza (H1N1 e H3N2), por meio do sistema <i>Drive Thru</i> no Riocentro
	CMT 07: Proteção	CO 28: Proteção ao Pessoal	26 MAR 20: desinfecção de locais de grande circulação de passageiros de transportes públicos no Rio de Janeiro (Estações de trens, barcas e metrô)
	CMT 03: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 11: Atribuições Subsidiárias	27 MAR 20: apoio com militares de saúde a Unidades de Pronto Atendimento (UPA) de Belo Horizonte
	CMT 08: Superioridade de Informações	CO 32: Operações de Apoio à Informação	27 MAR 20: apresentação musical de militares da Banda de Música da 4ª Região Militar (RM) para pacientes das UPA em Belo Horizonte
	CMT 07: Proteção	CO 28: Proteção ao Pessoal	28 MAR 20: desinfecção de terminais do <i>Bus Rapid Transit</i> (BRT) no Rio de Janeiro
	CMT 05: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 21: Atribuições Subsidiárias	30 MAR 20: iniciada a produção de álcool em gel e cloroquina pelo Laboratórios Farmacêuticos da Marinha, Exército e Força Aérea, em apoio aos órgãos governamentais
	CMT 08: Superioridade de Informações	CO 33: Comunicação Social	01 ABR 20: criação de Protocolos para o Enfrentamento da Pandemia pelo Hospital Central do Exército (HCE) (cartazes, vídeos e informações)
	CMT 05: Sustentação Logística	CO 23: Saúde nas Operações	01 ABR 20: realização de treinamento intensivo do pessoal da Unidade de Emergência (EU) e pessoal de intubação orotraqueal do HCE
	CMT 05: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 21: Atribuições Subsidiárias	03 ABR 20: participação de militares do 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE) na campanha para doação de sangue, no contexto das medidas de controle e prevenção da pandemia
	CMT 08: Superioridade de Informações	CO 32: Operações de Apoio à Informação	04 ABR 20: utilização de viatura adaptada com caixa de som, percorrendo o Rio de Janeiro para a divulgação de mensagens de conscientização sobre a pandemia à população
	CMT 07: Proteção	CO 28: Proteção ao Pessoal	05 ABR 20: Instituto Militar de Engenharia direciona produção de impressora 3D para confecção de máscaras
CMT 07: Proteção	CO 28: Proteção ao Pessoal	08 ABR 20: Em Belo Horizonte (MG), equipes do Exército treinam profissionais da Defesa Civil para a realização de desinfecção de ambientes de grande circulação de pessoas	
CMT 05: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 21: Atribuições Subsidiárias	09 ABR 20: produção de máscaras descartáveis pelo Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar (Btl DOMPSA)	

Fonte: Os autores, com dados coletados do site do Comando Militar do Leste <http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias.html>; EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035; e Ministério da Defesa – Cenário de Defesa 2020-2039, Sumário Executivo, 2017.)

Destaca-se, também, como uma relevante capacidade da F Ter para o emprego em Op Aj Hum, o Hospital de Campanha, conforme a Coronel Maria Sandra Andrade descreve em seu artigo “Hospital de Campanha do Exército: uma resposta às emergências”:

O Hospital de Campanha (H Cmp) é uma unidade hospitalar móvel, que temporariamente cuida de pessoas atingidas por situações de emergências e calamidades públicas. Tem como objetivo ofertar serviços de atenção à saúde, através de equipes multiprofissionais, em atendimentos de urgência e emergência, atendimento ambulatorial, internações, remoções, realização de procedimentos cirúrgicos, exames laboratoriais e de imagem.

Os autores ROSA, BANDEIRA e LEIRAS (2012), destacam o emprego dos militares em Op Aj Hum devido suas capacidades estruturais, conforme segue:

Um ponto comum observado em desastres recentes tem sido o envolvimento significativo de militares (Weeks, 2007; The Sphere Project, 2011). A participação militar em operações humanitárias, tanto em casos de conflito armado ou em resposta a desastres naturais, não é um fenômeno novo. As forças militares nacionais e internacionais têm desempenhado um papel importante na prestação de apoio e ajuda durante essas operações devido a sua estrutura organizacional e capacidade logística (Apte, 2009; Barber, 2011; e Heaslip *et al.*, 2012).

De acordo com Burkle (2005), a comunidade humanitária espera que os militares proporcionem proteção às ONGs, não ajuda humanitária. No entanto, o autor destaca que a assistência humanitária pelas FA é essencial em situações em que a presença de agências humanitárias é inexistente ou insuficiente, ou quando o ambiente de segurança é proibitivo, impedindo o acesso. Entre os atores envolvidos em operações humanitárias, as unidades militares estão frequentemente entre os primeiros a entrar em cena na situação de desastre (Weeks, 2007; Heaslip, 2011). Os ativos capazes de serem rapidamente e efetivamente implantados em resposta a desastres são, muitas vezes, detidos por militares: combustíveis, equipamentos para transportes e comunicações, equipamentos de engenharia e de construção, medicamentos e estoque de provisões, como alimentos e água (Oloruntoba, 2010).

Pettit e Beresford (2005) destacam as principais capacidades operacionais das Forças Armadas em operações de resposta a desastres: segurança; transporte e logística; construção e reparação; comando, controle e comunicações; cuidados médicos; unidades especializadas; e preparação, conforme apresentado na tabela:

Tabela 3: Capacidades operacionais das FA.

Setor	Capacidade Operacional
Segurança	Estabelecimento de abrigos; proteção dos suprimentos; manutenção de uma presença armada credível para reduzir a ameaça de violência.
Transporte e logística	Capacidade de transporte de pessoal e suprimentos rapidamente; fornecimento contínuo de equipamentos e materiais.
Construção e reparação	Construção ou reparação de infraestruturas essenciais - estradas, portos, aeroportos, ferrovias e instalações de armazenamento.
Comando, controle e comunicações	Sistemas de comunicações sofisticados; rápidos e complexos planos de contingência; planejamento central e capacidade de direção; organização básica e estrutura de comunicação para organizações de ajuda humanitária.
Cuidados médicos	Equipes médicas implantadas rapidamente; sistemas de evacuação; prevenção e controle da doença.
Unidades especializadas	Pessoal treinado para fazer a interface entre as populações civis e militares; especialistas em transporte, negócios, direito, comunicação, saúde, policiamento.
Preparação	Formação conjunta de pessoal militar e civil em preparação para, por exemplo, situações de desastre em massa.

Fonte: Pettit e Beresford (2005)

Desse modo, os militares possuem características exclusivas que podem ser aplicadas em operações humanitárias (PUGH, 1998), além da capacidade de Comando e Controle, fundamental em caso de situações caóticas (APTE, 2009).

Qualidades como experiência e estrutura, associado à maior ocorrência de desastres naturais, colaboram para maior utilização de meios e capacidades militares em resposta a desastres, ratificando a necessidade de sua utilização na pronta resposta e assim diminuir a dor e sofrimento da população atingida nas zonas de desastres.

Cabe enfatizar que a cadeia de suprimentos militares se destina a esforços de guerra, missões de paz e, desde a década de 1990, assistência em casos de desastres naturais e ajuda humanitária (BARBER, 2012, p. 123).

Desta forma, o emprego do Exército Brasileiro em ações subsidiárias de logística humanitária deve ser amplamente analisado, visando utilizar todos os meios disponíveis na Instituição para atender os vitimados.

O EB possui uma estrutura operacional e capacidade logística que, aliado a força técnica e organizacional, podem ser empregados imediatamente. Sua presença na área de desastre contribui para o alívio da dor das vítimas ao proporcionar a redução do tempo entre a procura da ajuda e do tempo de resposta (ROSA ET al., 2014).

Assim, a utilização do EB é necessária porque na fase inicial de resposta os agentes humanitários são dotados de recursos constantemente lentos. Pois sua atuação estaria concentrada na fase de resposta, onde o tempo ainda é o fator crítico de atendimento e a ajuda aos necessitados pode ser beneficiada com a expertise militar nas cadeias de suprimentos e gerenciamento de pessoal (METCALFE, HAYSOM e GORDON, 2012).

Segundo APTE (2009), a logística humanitária necessita de maior participação das Forças Armadas devido sua estrutura de comando e controle, imprescindível em locais de desastre. Além disso, possui estruturas de combate, por exemplo, que são criadas para a mobilidade e pronto emprego, características que permitem às organizações militares reunir e prover equipamentos de comunicações e suprimentos para a área do desastre (WEEKS, 2007).

Ainda, segundo APTE (2009), a logística humanitária se potencializa e consequentemente se amplia com o apoio militar, por possuírem uma organização de comando e controle diante de ambientes que sofreram grandes prejuízos econômicos e sociais.

A capacidade de realizar a avaliação do desastre, combinado com a capacidade de estabelecer ligações com os atores atuantes no ambiente de desastre possibilita aos militares uma correta execução das tarefas e um emprego adequado dos meios militares, evitando assim dispersão de recursos e a divergência de soluções, (BRASIL, 2014, p. 11).

Cabe ressaltar que, a resposta rápida a situações caóticas produzidas nas áreas de desastre é de grande relevância para salvar vidas, aliviar o sofrimento das vítimas e por fim restaurar os serviços essenciais, de forma a permitir o restabelecimento da normalidade no local (BRASIL, 2014).

Desse modo, a atuação das FA de imediato faz-se necessária e pode ser realizado como demonstra o trabalho, pois possui Organizações Militares espalhadas em todo território nacional dotada de material (viaturas para transporte e evacuação, equipamentos de engenharia, equipamentos de comunicações, estrutura para apoio de saúde e distribuição de donativos) e pessoal capacitado (Destacamento de Resposta

Imediata) com a missão de atuar nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas após o desastre (BRASIL, 2014).

Grigoli, Silva e Migon (2020), abordam, também, que:

A assimetria da ameaça tem conduzido as FA, em especial o Exército, a desenvolver respostas que combinam capacidades dentro de tarefas. O desdobramento de unidades de saúde suportadas por atividade de defesa QBRN e a readequação de linhas de produção de unidades operativas logísticas para a confecção de insumos de saúde são apenas alguns dos exemplos que reforçam a necessidade de capacitar o Exército a responder às mais difusas ameaças, operando muitas vezes fora de sua atividade precípua.

Conclui-se, parcialmente, que o EB reúne características e capacidades essenciais que o qualificam de maneira destacada no Brasil como órgão preparado para ser empregado em desastres, como: a velocidade de resposta inicial, consciência situacional e avaliação, coordenação com o governo local e outras agências, utilização de unidades locais, adequação do apoio de saúde, gerenciamento de distribuição, unidade de esforço de comunicação social, planejamento e execução. Como reflexão, percebe-se que estas características poderiam ser unificadas em uma Força de Pronto Atendimento Humanitária.

6 A PREPARAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

É fundamental para a F Ter manter o estado permanente de prontidão para atender as demandas nacionais, tanto em suas missões constitucionais, quanto em suas missões subsidiárias, que é onde se enquadra a missão de Aj Hum e apoio à Defesa Civil em catástrofes naturais.

A revisão desta literatura visa apresentar a forma que se desenvolve o atual preparo executado pela F Ter para o emprego em Op Aj Hum. Tendo em vista o processo de adestramento e a adequação de seus meios à especificidade desta missão, este trabalho pretende colaborar, se for o caso, com a preparação necessária para a participação da F Ter em Op Aj Hum.

Inicialmente, tem-se que, no ano de 2013, a cargo do Comando de Operações Terrestres do EB, deu-se início aos subprojetos com o intuito de instaurar procedimentos e criar uma Força de Ajuda Humanitária (F Aj Hum) em cada Comando Militar de Área (BRASIL, 2014c).

Desta forma, foi concebida a F Aj Hum, que seria, conforme a NCD/2014, uma “Força temporária constituída para realizar uma Operação de Ajuda Humanitária, integrando, com os meios necessários, o esforço de resposta em caso de desastre no Brasil ou no exterior” (BRASIL, 2014d, p. 5)

Esta F Aj Hum pode atuar na cooperação direta com os órgãos governamentais responsáveis pela coordenação da Defesa Civil, apoiando os mesmos em pessoal e material, conforme solicitação, de acordo com a disponibilidade. E, também, na coordenação das Ações e/ou Operações de Defesa Civil, por determinação presidencial, que seria em dimensões que comprometam a capacidade de coordenação e resposta dos governos estaduais e municipais (BRASIL, 2014d, p. 23-24).

O adestramento do EB em Op Aj Hum está alinhado com os objetivos estratégicos de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social, estabelecidos no Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023, no qual o Exército Brasileiro baliza a intensificação da capacitação seus profissionais para realizar Op Aj Hum.

Um aspecto importante a ser destacado se refere à organização do EB para este tipo de missão. A NCD/2014, diz que: “a F Aj Hum será estruturada com base nas OM existentes na região do desastre, consideradas as suas peculiaridades e os meios dos quais são dotadas” (BRASIL, 2014d, p. 17).

Figura 2: Organograma de F Aj Hum estruturada com Base em um Comando de Unidade Local.



Fonte: NCD Nr 01/2014 (BRASIL, 2014)

Outrossim, para suprir as necessidades logísticas em Op Aj Hum e no apoio à Defesa Civil, a doutrina em formação orienta que: “...os equipamentos e materiais a serem utilizados no Subprojeto são os existentes, sendo desejável que sejam complementados com itens novos, com tecnologia avançada” (BRASIL, 2014a, p. 7/13).

Com isso, verifica-se que a tropa designada deve cumprir a missão com seus próprios meios, o que direciona para que todas as Organizações Militares (OM) possuam o mínimo necessário para uma adequada prontidão. Também, existe a possibilidade de se melhorar a logística para mantê-los sempre com alto nível de operacionalidade e em permanente estado de prontidão, por meio da aquisição de itens novos e modernos, mais adequados para cumprir missões de Aj Hum.

O Sistema de Preparação da Força Terrestre (SISPREPARO), destaca como objetivo o preparo do EB por meio de adestramento contínuo, conforme orientações contidas no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e nos Programas de Instrução Militar (PIM).

Este planejamento tem como objetivo definir as atividades de preparo da F Ter e visualizar as atividades de cenários prospectivos, propiciando o propósito de manter atualizado a prontidão das tropas.

Diante disso, infere-se que as atividades de preparação do EB são orientadas pelas hipóteses de emprego mais prováveis de ocorrer, o que justifica a relevância do constante adestramento da tropa em Op Aj Hum.

Para manter sua proficiência, a F Ter cumpre, anualmente, um programa de adestramento que é definido a partir da edição do Plano de Instrução Militar (PIM) supramencionado. Este documento é editado pelo CO Ter e define que tipo de atividade cada OM deverá executar, de acordo com sua conjuntura.

A partir dele, retiram-se as informações necessárias e se confeccionam outros planos, as Diretrizes Gerais de Instrução (DIM), onde só constam as informações que interessam para os casos específicos. Com base neste documento, as Grandes Unidades e Unidades produzem seus Planos Gerais de Instrução (PGI) com as atividades de instrução de adestramento que realizarão durante o corrente ano de instrução.

Um exemplo deste planejamento, consta no PIM/COTer (2022), a previsão da realização do Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC), de adestramento em Op Aj Hum. Destaca-se que uma preparação eficiente colabora para evitar possíveis acidentes ocorridos com os militares durante a execução desse tipo de operação possam, fruto da frequente intervenção do EB nos desastres naturais.

Para tanto, sugere-se pesquisas sobre a redução de riscos no ambiente com tropas envolvidas que, sem a devida atenção, poderia comprometer o sucesso da missão.

Desta forma, é possível confeccionar planos visando à antecipação, o mapeamento das áreas, o monitoramento e, por fim, de alerta e resposta. No que diz respeito à resposta, o EB possui atuação direta com recursos materiais e humanos, com o plano de gestão de riscos e resposta a desastres naturais. Em relação à resposta, há participação direta da F Ter, com recursos materiais e humanos, envolvendo tarefas e equipamentos preposicionados de emprego dual: apoio a saúde, apoio aéreo, comunicações, salvamento, sustentação e engenharia (BRASIL, 2014a).

Outro aspecto referente ao preparo, é o material para as operações. A partir do conceito de dualidade introduzido pela NCD/2014, torna-se relevante considerar a existência de determinados materiais para concluir sobre a capacidade de uma Organização Militar em cumprir tarefas de Op Aj Hum.

O Efetivo Profissional frequenta cursos regulares de formação, especialização e aperfeiçoamento em Estabelecimentos de Ensino do EB, enquanto cabos e soldados são instruídos na própria Organização Militar em que prestam serviço militar.

Por isso, por mais que a missão possa surgir de modo imprevisível, é necessário manter a prontidão operativa da tropa por meio de pessoal instruído e dos meios disponíveis, os quais certamente contribuirão para o sucesso no ambiente de Operações de Ajuda Humanitária.

Conclui-se, parcialmente, que a preparação da F Ter para o emprego em Op Aj Hum é uma das principais fases deste processo, pois o despreparo dos recursos humanos e a falta de materiais adequados pode comprometer o sucesso dessas missões, o apoio à população. Sendo assim, comprova-se que o EB avalia e estuda as lições aprendidas por ocasião de empregos recentes, como na Op PETRÓPOLIS e COVID, para atualizar sua doutrina e mitigar suas limitações.

7 O EMPREGO EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

Este capítulo visa estudar o emprego do Exército em Op Aj Hum que já ocorreram no território nacional, bem como, apresentar as possibilidades de emprego da instituição em situações com maior probabilidade de ocorrerem diante do cenário futuro proposto nesta pesquisa.

De acordo com o Plano de Emprego das FA em caso de desastres 2013/2014, o emprego deverá ser realizado da seguinte forma:

Sem comprometimento de sua missão constitucional, as FA (EB) atuarão em cooperação com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às emergências e de estado de calamidade pública, atenuando os seus efeitos, ajudando na preservação da vida humana e do bem-estar da população atingida, cooperando com o restabelecimento da normalidade social.

Ainda, o emprego de tropas em Op Aj Hum deve ser pautado na utilização dos meios existentes e organizados em estruturas temporárias, conforme as demandas da situação específica.

De acordo com a DMT (BRASIL, 2019), a organização das capacidades segue algumas características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES), visando atender adequadamente as demandas apresentadas.

Portanto, estas características serão fundamentais para se ajustar às condicionantes que determinam a forma de emprego da F Ter em Op Aj Hum, uma vez que o ambiente operacional se mostra incerto e com muitos atores envolvidos.

Isto posto, conforme consta na NCD/2014 (BRASIL, 2014c), o apoio militar é iniciado pelo Destacamento de Resposta Inicial (DRI), nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas após o desastre com a finalidade de executar uma avaliação da situação, um reconhecimento inicial da área atingida e realizar a ligação e coordenação com o governo local e outros atores envolvidos no esforço de resposta. É com base no trabalho do DRI que o EB pode organizar o emprego da F Aj Hum.

Quando ocorrer um desastre natural ou antrópico que requeira o emprego oportuno das Forças Armadas, tendo em vista a existência de vidas humanas em perigo iminente e/ou grave prejuízo material, os Comandantes de OM localizadas no(s) município(s) sinistrado(s) ou próximo(s), mediante solicitação dos órgãos de Defesa Civil

locais, atuarão no socorro emergencial de acordo com as orientações preestabelecidas (BRASIL, 2012).

Também, as OM podem atuar, imediatamente, sem a solicitação do órgão civil responsável, nos casos de risco iminente para a vida humana ou grave prejuízo material, fazendo chegar, tempestivamente, o fato ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (BRASIL, 2012).

No âmbito do EB, a Divisão de Coordenação Civil-Militar (Div Coor Civ Mil), da 2ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres (COTER) é o setor responsável pela coordenação do emprego da F Ter em atividades subsidiárias, excetuando-se as coordenações necessárias junto aos Comandos Militares de Áreas. Para esta missão, está estruturada com as Seções de Coordenação do Apoio aos Programas do Governo (Seç Coor Ap Prg Gov), Coordenação do Apoio à Defesa Civil (Seç Coor Ap Def Civ) e Coordenação de Logística e Orçamento (Seç Coor Log Orç).

Um exemplo de atuação, em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, o EB realiza ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil. Por meio de suas OM, atua junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, em ações cívico-sociais, em campanhas de saúde pública e no socorro às vítimas de desastres naturais. Neste contexto, cita-se, ainda, o apoio em calamidades públicas, emergências sociais e a distribuição de água na Região Nordeste.

Destaca-se o emprego dos recursos da instituição em prol da sociedade, conforme pode ser exemplificado no trecho abaixo publicado na revista Verde Oliva, Nr 230, de dezembro de 2015:

Em território brasileiro, não existem limitações para o emprego das Forças Armadas em benefício da população. O EB, que tem sua história confundida com a própria história da Nação, já se manifestava na pessoa de Duque de Caxias, na Região Sul do País e na província do Maranhão, com sua preocupação em relação ao nível de ensino e salubridade dos mais necessitados com ações para manter o bem-estar da população não envolvida na guerra.

Marechal Rondon, ao desbravar a Amazônia brasileira, navegando pelo Rio Roosevelt, talvez tenha sido o primeiro militar brasileiro a realizar ações de apoio direto à população nativa da floresta amazônica, integrando o País e capilarizando a presença do Estado.

Em termos gerais, as fases de uma Op Aj Hum a serem desempenhadas pelo Exército Brasileiro são: Avaliação da Situação e Preparação; Desdobramento da Força de Ajuda Humanitária; Transição para Outras Agências; e Retraimento da Força de Ajuda Humanitária (BRASIL, 2014).

Tabela 4: fases de uma Op Aj Hum.

Fase	Descrição
1ª	A primeira fase de avaliação da situação e preparação se refere ao início da Operação humanitária, procura garantir o máximo de eficiência, eficácia e efetividade, sem perdas de velocidade da resposta inicial, uma vez que em desastres humanitários “a resposta rápida é mais importante que a eficiência”.
2ª	A segunda fase de desdobramento da Força de Ajuda Humanitária corresponde ao desdobramento da Força de Ajuda Humanitária na região do desastre. A Decisão do local onde será instalada a Força depende das informações primárias coletadas na primeira fase e pela inspeção <i>in loco</i> feita pelo comandante da fração
3ª	A terceira fase de transição para outras agências são encerradas as atividades de ajuda humanitária, devido ao restabelecimento das capacidades do governo local, são realizados os processos de transição que passam o controle da situação da Força de Ajuda Humanitária para os órgãos locais competentes.
4ª	A quarta fase de retraimento da Força de Ajuda Humanitária, após o encerramento total das ações humanitárias por parte do Exército Brasileiro, e terminados os processos de transição, inicia-se o retraimento da Força de Ajuda humanitária.

Fonte: Nota de Coordenação Doutrinária, NCD Nr 1/2014.

Para tal, o comandante militar responsável deve possuir uma consciência situacional acurada, produzida por uma rápida e oportuna avaliação inicial a ser realizada por uma equipe com prontidão operativa, designada pelos Centros de Coordenação de Operações dos Comandos militares de Área (BRASIL, 2014).

As principais capacidades relacionadas à função logística são: planejamento logístico; gerenciamento de contratos e estoques; triagem de doações; purificação de água; apoio de saúde; distribuição de alimentos, água e outros itens; transporte; reparo e construção; apoio técnico de engenharia; evacuação; serviços mortuários; e montagem de acampamentos para deslocados.

O término do desdobramento marca o início da execução da Op Aj Hum, que deve ser realizado em até 72 horas após a ocorrência do desastre. Assim, a segunda fase deve ser completada em até 48 horas, considerando o prazo da primeira fase de 24 horas (BRASIL, 2014).

A execução é iniciada após o término da segunda fase, e não possui prazo para terminar, uma vez que seu objetivo principal é atingir o Estado Final Desejado, ou seja, o retorno à normalidade. Os tipos de atividades executadas dependem da demanda do desastre, e normalmente envolvem missões de assistência imediata, apoio aos deslocados, segurança, assistência técnica, apoio e gerenciamento de consequências (BRASIL, 2014).

A assistência imediata procura evitar a perda de vidas e estabilizar a situação. As Op Aj Hum possuem caráter temporário e somente são executadas quando os órgãos responsáveis se encontram com sua capacidade comprometida. Algumas capacidades de restabelecimento de serviços essenciais podem ser empregadas, como: a purificação de água, a distribuição de alimentos, de água, entre outros.

O apoio aos deslocados, que são as vítimas de catástrofes e deixam o local de origem, promove a assistência e proteção a essas vítimas, por meio das capacidades de montagem e operação de acampamentos. Neste caso, a missão é de longa duração, uma vez que seu término depende do correto funcionamento do governo local e de sua capacidade de mobilizar recursos para abrigos.

A segurança tem por finalidade garantir o estabelecimento e a manutenção da Aj Hum, executada por órgãos governamentais e não governamentais. A assistência técnica e funções de apoio são missões que procuram proporcionar, temporariamente, as seguintes capacidades: triagem de doações; distribuição de alimentos, água e outros itens; transporte; evacuação; reparo e construção, apoio técnico de engenharia; apoio de saúde, serviços mortuários, entre outros. Tais atividades são encerradas tão logo o governo local consiga se reestruturar. Por fim, o gerenciamento de consequências procura evitar ou mitigar efeitos de eventos químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares (BRASIL, 2014).

Cabe destacar, alguns empregos recentes da F Ter em Op Aj Hum registradas no Relatório de Gestão do Comando do Exército (2021), como:

- OPERAÇÃO ACOLHIDA - “Operação de caráter humanitário que tem por finalidade realizar ações necessárias ao acolhimento de imigrantes que evadem da crise humanitária na Venezuela, por meio de apoio logístico e sanitário. RESULTADO

- Venezuelanos regularizados: 280 mil; Venezuelanos interiorizados: 65 mil, desde 2018, com 640 militares/dia”;

- OPERAÇÃO COVID – 19 – “Operação que visa apoiar as ações dos órgãos de saúde e de segurança pública, com a finalidade de mitigar os impactos causados pela pandemia do Covid-19 na população brasileira. RESULTADO - Ações de controle sanitário realizadas: 61 mil, com 4 mil militares/dia”;

- OPERAÇÃO PIPA – “Realiza ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido. RESULTADO - população atendida - 1,8 milhões; municípios atendidos – 495; água distribuída - 760 mil³/mês, com 480 militares/dia; e

- OPERAÇÃO JUCURUÇU – “Operação em apoio à população dos municípios do Sul da Bahia afetada pelas intensas chuvas ocorridas em dezembro de 2021. RESULTADO - Municípios atendidos: 29, com 400 militares”.

No Brasil, Bandeira *et al.* (2011) analisou a atuação das FA na resposta às chuvas na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, tragédia que afetou 20 municípios e 90 mil pessoas. Os militares brasileiros executaram tarefas logísticas, como: distribuição de donativos, evacuação de feridos, tratamento e distribuição de água, desobstrução de vias, abastecimento de combustível. O Quadro de Engenheiros Militares do Exército Brasileiro também atuou no mapeamento da área imediatamente após o desastre, utilizando-se de tecnologia VANT – veículo aéreo não tripulado, com a finalidade de mostrar o melhor acesso às áreas que ainda estavam isoladas e facilitar o trabalho de resgate das vítimas.

Em suma, a partir da análise dos casos relatados, conclui-se que pouco se é aproveitado em termos de conhecimento e experiência de uma operação para a outra. Muitas soluções são perdidas e acabam sendo reinventadas. Neste contexto, é preciso que seja criado um ambiente de aprendizagem contínua, analisando-se as melhores práticas e aproveitando-se desta experiência para o planejamento conjunto de operações futuras (Healsip e Barber, 2014).

Em se tratando da realidade brasileira, Oliveira Netto (2014) acredita que, atualmente, seja praticamente impossível se cogitar uma intervenção da Defesa Civil em grandes catástrofes sem o auxílio das Forças Armadas, em virtude destas disporem de pessoal e equipamentos adequados para o enfrentamento de situações de crise.

Tal entendimento ficou bem evidenciado na recente catástrofe que assolou a região de Brumadinho (MG), após o rompimento da Barragem Córrego do Feijão, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, o qual contou com a participação de cerca de 190 militares das Forças Armadas. Segundo o Ministério da Defesa:

Os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica auxiliaram no ingresso e na retirada de cerca de 1,5 mil agentes da Defesa Civil das áreas de operação. Com o emprego de helicópteros das três Forças, apoiaram equipes da Força Nacional de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Ceará. Militares da Marinha apoiaram a locomoção da comitiva israelense em locais estratégicos no apoio às ações de buscas e integrantes do Exército fizeram a escolta das Forças de Israel.

Este episódio ainda contou com a colaboração de 136 militares israelenses, que trouxeram pessoal e equipamentos especializados para a atuação em desastres.

No Brasil, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil adota a seguinte classificação quanto à intensidade dos desastres:

Tabela 5: Classificação quanto à intensidade dos desastres.

Tipo	Características
Nível I – Desastre de média Intensidade	Os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais. O apoio militar limita-se a capacidades complementares (como transporte aéreo, mão de obra, guarda e gerenciamento de depósitos, por exemplo).
Nível II - Desastre de grande Intensidade	Os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais, mesmo quando bem-preparados, e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional. O apoio militar passa a englobar capacidades essenciais (como Químico-Biológico- Radiológico-Nuclear - QBRN, apoio de saúde etc.) e capacidades complementares em quantidade extensiva.

Fonte: Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME (2014).

O emprego das Forças Armadas, especificamente do Exército Brasileiro, em casos de desastres está associado à capacidade de resposta do estado perante tal situação, ou seja, caso sua capacidade de resposta esteja comprometida parcialmente (situação de emergência) ou substancialmente (situação de calamidade) é o que definirá o apoio militar empregado.

Ainda, no contexto de Aj Hum, o EB realiza missões em vários países há anos, atuando em situações de calamidade pública e desastres, considerando a de maior relevo a MINUSTAH, no Haiti, em 2010, quando o país foi devastado por um terremoto. O Brasil liderou as ações de assistência humanitária, resgate e reconstrução das infraestruturas estratégicas daquele país, construindo um importante cabedal de conhecimento sobre o assunto para a doutrina militar terrestre.

Diante disso, infere-se, parcialmente, que o emprego da F Ter em Op Aj Hum revela elevada capacidade profissional da instituição no cumprimento destas missões, favorecendo à coesão interna e o fortalecimento da imagem da instituição junto à sociedade brasileira.

8 CONCLUSÃO

As Op Aj Hum fazem parte das capacidades do EB de apoio à população. As demandas do país crescem na atual conjuntura de um mundo globalizado em intensa transformação, no qual o isolamento não é uma opção. Neste sentido, estudar as possibilidades de emprego da F Ter nesse tipo de emprego auxilia na preparação necessária a ser adotada pela instituição, visando atender os futuros desafios.

Neste capítulo serão abordadas as conclusões e sugestões sobre a pesquisa realizada. Destaca-se que as ideias presentes não esvaziam o tema, devido sua constante evolução e inquestionável importância para o país.

Em síntese, a referência teórica abordada neste trabalho confirma o potencial referente às possibilidades de emprego do EB em Op Aj Hum, pois apresenta atuações de sucesso que balizam a F Ter para operar em missões que poderão ocorrer nos próximos anos, tendo em vista a análise realizada sobre o cenário prospectivo pós-pandemia.

É importante registrar que, o atual amparo legal do emprego do EB em Op Aj Hum está bem definido por meio da legislação existente. O fluxo procedimental a ser seguido em uma situação específica de emergência foi consolidado por ocasião do emprego em um passado recente por ocasião de ações desta natureza, não havendo insegurança jurídica para a atuação em apoio ao povo brasileiro.

O emprego de meios militares em ajuda às pessoas abaladas por calamidades que comprometem a vida humana justifica todo esforço de adestramento do EB. Neste contexto, revela-se novamente que a F Ter tem um amplo histórico de atuação em Op Aj Hum dentro e fora do país.

Em suma, a presente pesquisa apresenta a possibilidade de Op Aj Hum serem enquadradas na relação de desastres causados pela instabilidade em que o mundo se encontra, visto que o fechamento de fronteiras para conter uma crise já não é mais uma possibilidade, conforme observado por ocasião da pandemia da COVID-19. Por isso, o EB deve monitorar os acontecimentos nacionais e internacionais que demandem seu provável emprego.

Entretanto, existem capacidades e limitações no EB que necessitam atenção para poder acompanhar uma conjuntura de vulnerabilidades no que se refere ao fluxo de pessoas no mundo que possibilitam a disseminação de doenças endêmicas, o que

se sugere que a prioridade da instituição deve estar voltada para ações no interior do território brasileiro.

Outro aspecto relevante na presente pesquisa é a forma como o EB organiza suas possibilidades para o cumprimento de uma missão de Ajuda Humanitária, baseando-se em sua doutrina no conceito de “geração de capacidade”. No qual se define a sua aptidão por meio do conjunto de fatores determinantes, como: doutrina, organização, adestramento, material, ensino, pessoal e instalações. Tal aspecto demonstra uma forma metódica e eficiente de serem processadas as lições aprendidas sobre operações desta natureza.

Atualmente, a Força Terrestre realiza adestramentos pontuais determinados pelo Plano Instrução Militar (PIM), editado pelo Comando de Operações Terrestres (COTer), que são particularizados, sucessivamente, pelos Comandos Militares de Área (C Mil A), sendo planejados e executados pelas Grandes Unidades e Unidades. Portanto, os exercícios e treinamentos realizados para esta finalidade devem ser mantidos, tendo em vista a relevância supramencionada.

Lavando-se em consideração as conclusões da presente pesquisa, pode-se afirmar que o EB reúne boas condições de emprego em Op Aj Hum. Este emprego da F Ter deve ser realizado com uma avaliação correta da situação, para que não ocorra o subemprego equivocado da instituição, comprometendo sua imagem e sua destinação principal de defesa da pátria e de garantia da lei e da ordem.

A atual forma de emprego em Op Aj Hum de resposta a emergências e catástrofes está em evolução. Com isso, para que a instituição esteja preparada para atuar, é necessário que se desenvolva técnicas, táticas e procedimentos com base nos eventos em que a F Ter foi empregada, uma vez que atualmente não existe uma uniformidade sobre esta formatação.

Para tornar este emprego eficiente, faz-se necessário a implementação de algumas medidas. No que se refere à doutrina militar, verifica-se a necessidade da NCD/2014, ser revisada visando se tornar um manual homologado para orientar o emprego e preparo padronizado no âmbito do EB, no qual poderá constar as possibilidades de emprego para todas as OM.

As atuais capacidades do EB não precisam sofrer alterações, pois estão compatíveis para cumprir as missões impostas. O preparo e adestramento pode ser intensificado, vindo a compor uma das fases do ano de instrução.

No que tange ao material existente, ressalta-se que as OM devem ser reforçadas com equipamentos e/ou materiais modernos para o emprego em Operações de Ajuda Humanitária, o que potencializará as possibilidades de apoio.

Infere-se, ainda, que o EB não possui capacitação específica para operações desta natureza. Desta forma, torna-se indispensável o envio de militares para a realização em outras instituições no país ou no exterior para essa qualificação. Outro aspecto relevante, também, é a possibilidade de realização de treinamentos em conjunto com essas instituições visando obter a experiência, técnicas e táticas necessárias para essas demandas.

Conclui-se que a preparação e o emprego do EB em Op Aj Hum é uma realidade no âmbito da instituição, pois a capacitação de recursos humanos e os investimentos em meios materiais comprovam o planejamento executado para este objetivo de manutenção de estado de prontidão em assistência humanitária ao povo brasileiro.

Por fim, o Exército Brasileiro possui grande parte das capacidades necessárias para apoio de Op Aj Hum, fato de elevada importância para o Brasil, devido suas peculiaridades. Em um cenário de incertezas, este serviço ao país garante o zelo e o apoio à população em casos graves, como o que ocorreu na pandemia da COVID-19.

REFERÊNCIAS

- ALYRIO, R. D. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro – RJ. 2009. v. 264.
- ANDRADE, I. O.; HAMANN, E.P. e SOARES, M.A. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf>.
- APTE, A. Humanitarian Logistics: **A New Field of Research and Action**. Foundations and Trends® in Technology, Information and Operations Management, v. 3, n. 1, p. 1–100, 2009.
- BANDEIRA, R. A. M.; ZARY, B. B.; CAMPOS, V. B. G. **A produção científica em Logística Humanitária no século XXI: uma análise bibliométrica**. Transportes, v. 24, n. 2, p. 1-12, 2016.
- BARBER, Elizabeth. **Military involvement in humanitarian supply chains**. Austrália: University of New South Wales, 2012. Disponível em <<https://www.igi-global.com/chapter/military-involvement-humanitarian-supply-chains/55197>>. Acesso em: 30 de julho de 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME**, em 10 de abril de 2014: Operações de Ajuda Humanitária. [S.l.:s.n.], 2014.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha Operações- EB70- MC10.223**. 1. ed. Brasília, DF, 2017d.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Edição Extra, 10 jun. 1999.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. (Brasília: Ministério da Defesa, 2012).
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. 2ª Ed. Brasília -DF. 2007.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre - Manual de fundamentos**. 2ª. 2019.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **EB70 - MC-10.223**. Manual de Campanha: Operações. v. 1, p. 98, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Plano Nacional de Defesa (PND)**. Brasília -DF. p. 41, 2012b.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Diário Oficial da União, p. 155, 2012a.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Programa-Padrão de instrução individual básica. COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES**. 2ª Ed. Brasília – DF

BRASIL, Ministério da Defesa. **Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB)**. 2019d.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, Fase 3**. Política Militar Terrestre. Brasília - DF: -, 2019a.

CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de. COVID-19: um teste para o sistema internacional? **Observatório Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: ECEME. 2020.

Catálogo de Capacidades do Exército (EB20-C-07.001), Biblioteca Digital do Exército, 2022. Disponível em: < <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/433/>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

CEBALLOS-PARRA, P. J.; SARACHE, W. A.; GÓMEZ, D. M. **Un Análisis Bibliométrico de las Tendencias en Logística Humanitaria**. Información tecnológica, v. 29, n. 1, p. 91-104, 2018.

ÇELIK, M. Et al. Humanitarian logistics. **Tutorials in operations Research**, 2012.

DALCIN, Miguel Angelo Guterres. **A atuação do Exército Brasileiro em desastres naturais: o emprego de organizações militares de engenharia em operações de ajuda humanitária**. 2019.

DE ARAUJO, M. L. A. **Operações de amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha**. Doutrina Militar Terrestre, v. Janeiro a, n. 9, p. 16 a 27, 2013.

DE CARVALHO, Délton Winter. **A natureza jurídica da pandemia da Covid-19 como um desastre biológico**. 2020.

Figura sobre a evolução das pandemias no mundo, Fórum Econômico Mundial, 2022. Disponível em: < <https://www.weforum.org/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

KREISS, Yitshak; MERIN, Ofer; PELEG, KoBI; LEVY, Gad; VINKER, Shlomo; SAGI, Ram, et al. **Early Disaster Response in Haiti: The Israeli Field Hospital Experience**. Annals of Internal Medicine, 2010. Disponível em: <https://annals.org/aim/search-results>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

METCALFE, V.; HAYSOM, S.; GORDON, S. **Trends and challenges in humanitarian civil – military coordination** A review of the literature, 2012.

NOGUEIRA, C. W.; GONÇALVES, M. B.; NOVAES, A. G. **Logística humanitária e logística empresarial: relações, conceitos e desafios**. In: XXI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, 21., 2007, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPET, 2007, v. 21, p. 1-12.

OLIVEIRA NETTO, S. **Emprego das Forças Armadas em Ações de Defesa Civil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3842, 7 jan 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26341>>. Acesso em: 30 JUL 2022.

PETTIT, S. J.; BERESFORD, A. K. C. **Emergency relief logistics: an evaluation of military, non-military and composite response models**. International Journal of Logistics, v. 8, n. December, p. 313–331, 2005.

Plano Estratégico do Exército 2020-2023. Secretaria-Geral do Exército, 2022. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Portaria Nr 802, de 8 de novembro de 2006, que aprovou a **Diretriz Estratégica de Apoio à Defesa Civil**. Secretaria-Geral do Exército, 2022. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Relatório de Gestão do Comando do Exército (2021), Secretaria-Geral do Exército, 2022. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

ROSA, P. R. S. DA; BANDEIRA, R. A. DE M.; LEIRAS, A. **O papel das forças armadas brasileiras em gestão de operações em desastres naturais com ênfase em logística humanitária**, Curitiba - PRXXVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, 2014.

ROSA, P. R. S.; BANDEIRA, R. A. M.; LEIRAS, A. **O papel das forças armadas brasileiras em gestão de operações em desastres naturais com ênfase em logística humanitária**. In: XXVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, 28., 2014, Curitiba. Anais... Curitiba: ANPET, 2014, v. 28, p. 1-12.

ROSA, PRS da; BANDEIRA, RA de M.; LEIRAS, Adriana. **O papel das forças armadas brasileiras em gestão de operações em desastres naturais com ênfase em logística humanitária**. In: **XXVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte**. 2014. p. 1-12.

ROSA, PRS da; BANDEIRA, RA de M.; LEIRAS, Adriana. **O papel das forças armadas brasileiras em gestão de operações em desastres naturais com ênfase em logística humanitária**. **XXVIII ANPET**, 2014.

WASSENHOVE, L. N. V. **Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear**. Journal of the Operational Research Society, n. 57, p. 475-489, 2006.

WASSENHOVE, L. N. V. **Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear**. Journal of the Operational Research Society, n. 57, p. 475 – 489, 2006.

YIN, R. K. TRADUÇÃO: D. B. REVISÃO TÉCNICA: D. DA S. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. e-PUB ed. São Paulo - SP, 2016.